

## Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

## Despacho n.º 17373/2011

De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi autorizada, por meu despacho de 02 de Dezembro de 2011, a conversão automática do exercício de funções a título transitório em exercício de funções por tempo indeterminado, do trabalhador Eduardo Patrício Guerreiro, da carreira/categoria de assistente operacional, posicionado na 3.ª posição remuneratória, nível remuneratório 3, em posto de trabalho vago do mapa de pessoal da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

A presente conversão produz efeitos à data do despacho.

19 de Dezembro de 2011. — O Director Regional, *Joaquim Castelhão Rodrigues*.

205493707

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

## Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.

## Declaração de rectificação n.º 1974/2011

Para os devidos efeitos se rectifica o aviso n.º 2304/2011, inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 242, de 20 de Dezembro de 2011.

Onde se lê «O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. João Pedro Pimentel*» deve ler-se «O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. José Manuel Azenha Tereso*».

20 de Dezembro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. José Manuel Azenha Tereso*.

205493497

## Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

## Aviso (extracto) n.º 24728/2011

**Procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de postos de trabalho destinados a técnicos superiores de saúde, no âmbito regional do Mapa de Pessoal da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, IP.**

1 — Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, por Deliberação do Conselho Directivo de 03/11/2011, se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis, a contar da data da publicação no *Diário da República*, procedimento concursal de ingresso, tendo em vista o preenchimento de 34 postos de trabalho para a categoria de assistente, da carreira de técnico superior de saúde, nos vários ramos de actividade e na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para os serviços a seguir indicados, do Mapa de Pessoal da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.:

## Referência n.º 01

## Ramo de Engenharia Sanitária — 1 posto de trabalho

Serviços	Postos de trabalho
ACES — Lezíria II — Lezíria . . . . .	1

## Referência n.º 02

## Ramo de Laboratório — 1 posto de trabalho

Serviços	Postos de trabalho
ACES — Lisboa III — Lisboa Central . . . . .	1

## Referência n.º 03

## Ramo de Nutrição — 3 postos de trabalho

Serviços	Postos de trabalho
ACES — Setúbal I — Almada . . . . .	2
ACES — Setúbal III — Arco Ribeirinho . . . . .	1

## Referência n.º 04

## Ramo de Psicologia Clínica — 29 postos de trabalho

Serviços	Postos de trabalho
ACES — Lisboa I — Lisboa Norte . . . . .	3
ACES — Lisboa II — Lisboa Oriental . . . . .	1
ACES — Lisboa III — Lisboa Central . . . . .	5
ACES — Lisboa IV — Oeiras . . . . .	1
ACES — Lisboa V — Odivelas . . . . .	1
ACES — Lisboa VI — Loures . . . . .	2
ACES — Lisboa VII — Amadora . . . . .	1
ACES — Lisboa IX — Algueirão/Rio Mouro . . . . .	2
ACES — Lisboa XI — Cascais . . . . .	1
ACES — Lisboa XII — Vila Franca de Xira . . . . .	1
ACES — Setúbal I — Almada . . . . .	1
ACES — Setúbal III — Arco Ribeirinho . . . . .	1
ACES — Setúbal IV — Setúbal e Palmela . . . . .	1
ACES — Oeste II — Oeste Norte . . . . .	1
ACES — Oeste II — Oeste Sul . . . . .	2
ACES — Med. Tejo I — Serra d'Aire . . . . .	1
ACES — Med. Tejo II — Zêzere . . . . .	1
ACES — Lezíria I — Ribatejo . . . . .	2
ACES — Lezíria II — Lezíria . . . . .	1

2 — Descrição breve do conteúdo funcional dos postos de trabalho a ocupar e perfil de competências

2.1 — As funções da categoria de assistente, inerentes ao respectivo ramo de actividade, encontram-se definidas nos seguintes diplomas:

Referência	Diploma
Ref. 01 — Engenharia Sanitária	Artigo 11.º, do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro.
Ref. 02 — Laboratório . . . . .	Artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro.
Ref. 03 — Nutrição . . . . .	Artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro.
Ref. 04 — Psicologia Clínica	Artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 241/94, de 22 de Setembro.

2.2 — Perfil de competências: experiência profissional comprovada no contexto dos serviços que integram a rede de cuidados de saúde primários, que tenha permitido adquirir conhecimentos nas matérias relacionadas com as actividades a desenvolver.

3 — Índice remuneratório e condições de trabalho

A remuneração é a correspondente ao escalão e índice, da categoria de assistente, constantes da tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, sendo as condições de trabalho e regalias sociais, genericamente, as vigentes para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público titulada por contrato de trabalho em funções públicas.

Nos termos do disposto no n.º 10, do artigo 24.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12/2010, apenas se podem candidatar os trabalhadores com remuneração igual ou superior à primeira posição remuneratória da categoria de assistente.

4 — Local de trabalho

As funções serão exercidas nas instalações dos serviços a que se destinam os respectivos postos de trabalho colocados a concurso.

5 — Legislação aplicável

O presente concurso é regulado pelo Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 241/94, de 22 de Setembro.

bro, e Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, e ainda pelas disposições constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março, Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, Decreto-Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 29-A/2011, de 1 de Março, da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, da Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, o Código do Procedimento Administrativo, Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de Junho, Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, Lei n.º 51/2010, de 14 de Dezembro.

#### 6 — Âmbito de recrutamento

Nos termos do n.º 6, do artigo 6.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, do Despacho n.º 1335/2009/SEAP, de 12 de Outubro de 2009, do Senhor Secretário de Estado da Administração Pública e do Despacho de concordância n.º 748/09/MEF, de 14 de Outubro de 2009, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, só podem ser admitidos ao presente concurso os trabalhadores que tenham previamente constituída relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho por tempo indeterminado, por tempo determinado ou determinável.

#### 7 — Requisitos de admissão

7.1 — São requisitos gerais de admissão a concurso, os definidos no artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações profissionais legalmente exigíveis para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

#### 7.2 — São requisitos especiais:

- Ser detentor do grau de especialista no respectivo ramo de actividade a que apresenta a candidatura;
- Ser detentor de relação jurídica de emprego público previamente constituída, por tempo indeterminado, determinado ou determinável.
- Encontrar-se inscrito na respectiva Ordem Profissional, nas áreas em que ela exista.

7.3 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados por tempo indeterminado, na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. idênticos aos que, para cuja ocupação, se publicita o procedimento.

#### 8 — Prazo de validade

O presente recrutamento destina-se ao preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso (34), e para os que, precedido, de parecer favorável dos membros do Governo responsáveis pelas finanças e pela Administração Pública, venham a ser considerados necessários nos serviços abrangidos pela ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., no prazo de um ano, contado da data da publicação do aviso de abertura.

#### 9 — Formalização das candidaturas

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP, podendo ser entregue directamente nas instalações da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., sito na Avenida Estados Unidos da América n.º 75-2.º Piso, 1749-046 Lisboa, no período compreendido entre as 09h30 m e as 13h00 e as 14h00 e as 17h00, e até ao último dia do prazo estabelecido neste Aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, em carta registada com aviso de recepção, considerando-se neste último caso, apresentada dentro do prazo, se o aviso de recepção tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1 deste aviso.

9.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação do requerente (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, número do bilhete de identidade ou cartão do cidadão, bem como a data de validade do mesmo, estado civil, residência, código postal e telefone);
- Habilitações académicas e profissionais;
- Identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria detidas, da actividade que executa, do organismo a que pertence, e ainda a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública e a avaliação de desempenho do último triénio;

d) Identificação do procedimento concursal, com indicação do número do aviso, a categoria a que concorre, bem como do número e data do *Diário da República* onde se encontra publicado o aviso;

e) Endereço para onde deverá ser enviada documentação relativa ao concurso.

f) Nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, os candidatos podem declarar no próprio requerimento sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram em relação a cada um dos requisitos gerais referidos no ponto 7.1.

9.3 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados, da seguinte documentação:

- Declaração actual, passada pelo serviço a que se encontra vinculado o candidato, da qual constem de forma pormenorizada e inequívoca, a existência e a natureza da relação jurídica de emprego público detida, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, e a posição remuneratória correspondente à remuneração que auferir;
- Um exemplar do *Curriculum Vitae* detalhado e assinado, do qual constem as habilitações académicas, as habilitações e qualificações profissionais (acções de formação e outras), a experiência profissional, com indicação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, bem como quaisquer outros elementos que os interessados consideram relevantes para a apreciação do seu mérito;
- Documento comprovativo das habilitações literárias;
- Documento comprovativo da titularidade do grau de especialista no respectivo ramo de actividade;
- Certificados comprovativos das acções de formação frequentadas;
- Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;
- Comprovativo de inscrição na respectiva Ordem Profissional (apenas para os candidatos dos ramos de actividade de Engenharia Sanitária, Psicologia Clínica e Nutrição);
- Outros documentos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito.

9.4 — A não apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) a d) do ponto 9.3, bem como a falta de comprovativos ou de declaração no requerimento de admissão dos requisitos gerais conforme referido na alínea f), do ponto 9.2, determina a exclusão do procedimento de concurso.

9.5 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

9.6 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, o júri pode, ainda, exigir aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos que possam relevar para apreciação do seu mérito.

#### 10 — Composição e identificação do Júri

O Júri do presente procedimento terá a seguinte composição:

Refª n.º 01 — Ramo de Engenharia Sanitária

Presidente: António Esteves Oliveira Matos, Assessor Superior de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Engenharia Sanitária, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

1.º Vogal efectivo: Carla Maria Garcia Henriques Barreiros, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Engenharia Sanitária, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo: Patrícia Moreira da Silva Pacheco, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Engenharia Sanitária, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

1.º Vogal suplente: Cândida Maria Guerreiro Nascimento Pite Madeira, Assessor Superior de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Engenharia Sanitária, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

2.º Vogal suplente: Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Noronha, Assessor Superior de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Engenharia Sanitária, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.

Refª n.º 02 — Ramo de Laboratório

Presidente: Edna Marília da Silva Pereira, Assessor Superior de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Laboratório, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

1.º Vogal efectivo: Paula Virgínia Correia Barriga Soares, Assessor Superior de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Laboratório, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P., que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo: Paula Maria Avelar Morgado Mourinho Dias, Assessor de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Laboratório, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

1.º Vogal suplente: Ana Maria Oliveira Moraes, Assessor Superior de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Laboratório, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

2.º Vogal suplente: Maria de Lurdes Rodrigues Santos Brito Lourenço, Assessor Superior de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Laboratório, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

#### Refª n.º 03 — Ramo de Nutrição

Presidente: Nuno Silva Santos Nunes, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Nutrição, do Centro Hospitalar de Setúbal, EPE.

1.º Vogal Efectivo: Carla Alexandra Moura Pereira, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Nutrição, do Centro Hospitalar do Barreiro Montijo, EPE, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo: Maria Margarida Guerreiro Runa Melo, Assistente de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Nutrição, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

1.º Vogal Suplente: Maria Guiomar Fernandes Silva Dias Seixas Ferreira, Assessor de Saúde da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Nutrição, do Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE;

2.º Vogal Efectivo: Elsa Cristina Timóteo Feliciano, Assistente Principal de Saúde da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Nutrição, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

#### Refª n.º 04 — Ramo de Psicologia Clínica

Presidente: Dulce Maria Casquinha Malaia Santos, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Psicologia Clínica, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

1.º Vogal efectivo: Herminia Maria Andrade Carvalho, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Psicologia Clínica, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P. que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo: Inês Lima Maurício, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Psicologia Clínica, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

1.º Vogal suplente: Maria Alexandra Aleixo Pereira Amaral, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Psicologia Clínica, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

2.º Vogal suplente: Ana Rita Semedo Correia, Assistente Principal de Saúde, da carreira de técnico superior de saúde, ramo de Psicologia Clínica, da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.;

#### 11 — Métodos de Selecção

11.1 — O método de selecção aplicável é a avaliação curricular complementada com entrevista profissional de selecção, de acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, em conjugação com o Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, e o artigo 35.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, diploma que aprova o Orçamento de Estado para 2011.

A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato no ramo de actividade para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação inter-pessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

11.2 — A classificação final resulta da aplicação dos métodos de selecção, sendo adoptada a escala de 0 a 20 valores.

11.3 — Consideram-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 10 valores, como tal se considerando por arredondamento a classificação inferior a 9.5 valores.

11.4 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular bem como da entrevista profissional de selecção, constam de acta de reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11.5 — A lista de candidatos admitidos e excluídos bem como a lista de classificação final, serão publicadas nos termos dos artigos 27.º, 31.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, sendo ainda afixada em local visível e público das instalações da ARS de Lisboa e Vale do Tejo e disponibilizada na respectiva página electrónica.

#### 12 — Igualdade de oportunidades no acesso ao emprego

Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

#### 13 — Publicitação na Bolsa de Emprego Público

Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, para além da publicitação no *Diário da República*, 2.ª série, o presente aviso será publicitado por extracto, em órgão de imprensa de expansão nacional, e ainda na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e no portal da *internet* desta Administração Regional de Saúde, [www.arslvt.min-saude.pt](http://www.arslvt.min-saude.pt).

6 de Dezembro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Dr. Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

205494825

#### Despacho (extracto) n.º 17374/2011

Por despacho da Directora Executiva do ACES-XI — Cascais, de 28/10/2011, autorizada a retoma do horário de trabalho em tempo completo, 35 horas semanais, a Maria da Graça Castelo Branco de Azevedo Mendes Horák, enfermeira graduada do mapa de pessoal do ACES-XI — Cascais a partir de 1/12/2011.

6 de Dezembro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Luís Manuel Paiva Gomes Cunha Ribeiro*.

205493415

### Centro Hospitalar do Oeste Norte

#### Deliberação (extracto) n.º 2348/2011

Por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar de 27 de Outubro de 2011:

Paula Cristina Sabino dos Santos — Assistente Hospitalar Graduada de Cirurgia Geral do Mapa de Pessoal deste Centro Hospitalar — (Hospital de Caldas da Rainha), autorizada a licença sem remuneração, ao abrigo do n.º 1 artigo 234.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo período de 10 anos, com início a 16 de Dezembro de 2011. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas).

20 de Dezembro de 2011 — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Manuel Ferreira de Sá*.

205495092

#### Deliberação (extracto) n.º 2349/2011

Na sequência da deliberação de homologação de 03 de Novembro de 2011, da lista de classificação final do procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho da categoria de Técnico de 2.ª classe de Terapia da Fala, da carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, do mapa de pessoal deste Centro Hospitalar, e concluídos todos os trâmites relativos ao mesmo, foi autorizado por deliberação do Conselho de Administração de 16 de Dezembro de 2011, a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro, com Carla Sofia Mateus do Nascimento Ribeiro, ficando posicionada no nível remuneratório entre 11 e 12 da tabela remuneratória única.

20 de Dezembro de 2011. — O Presidente do Conselho de Administração, *Dr. Carlos Manuel Ferreira de Sá*.

205495449

### Direcção-Geral da Saúde

#### Aviso n.º 24729/2011

#### Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (área de Biologia)

1 — Nos termos do artigo 50.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (rectificada pela Declaração de rectificação n.º 22-A/2008 e alterada pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, n.º 34/2010, de 2 de Setembro e n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro), conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro (alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril), torna-se publico que por despacho de 14 de Dezembro de 2011, do Director-Geral da Saúde, se encontra aberto procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior — área de Biologia com especialidade em Climatologia e Hidrologia do mapa de pessoal desta Direcção-Geral, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.